

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.669 - MS (2019/0357140-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : EDGAR CALIXTO PAZ
ADVOGADOS : EDGAR CALIXTO PAZ - MS008264
EDGARD DE SOUZA GOMES - MG093489
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : AILTON SOARES DE ALENCAR JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AILTON SOARES DE ALENCAR JUNIOR apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - HC n. 1413423-71.2019.8.12.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente desde a data de 18/10/2018, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33 (por três vezes) e 35, ambos c/c 40, inciso V, todos da Lei n. 11.343/2006; art. 1º, *caput*, c/c § 4º, da Lei n. 9.613/1998 e 2º, *caput*, c/c § 3º, da Lei nº 12.850/2013 (e-STJ fl. 91).

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra preso há mais de 403 (quatrocentos e três) dias, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 178-180):

[...]

Inicialmente, deve ser esclarecido que segundo entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz do princípio da razoabilidade e da

Superior Tribunal de Justiça

proporcionalidade, devendo ser aferidas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado. Precedentes (RHC 94.813/AL, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019).

Assim, a duração da instrução criminal não é determinada por simples cálculo aritmético, devendo ser observadas as particularidades do caso concreto (tais como pluralidade de réus, necessidade de expedição de cartas precatórias e complexidade da causa), as quais podem conduzir à razoável dilação do processo.

Na espécie, trata-se de processo complexo, em que figuram vários réus, onde constam diversas testemunhas a serem ouvidas, inclusive com necessidade de expedição de cartas precatórias, bem como ocorreu outras particularidades que justificam o tempo até agora decorrido, consoante informou a autoridade apontado como coatora (p. 41/45). Vejamos:

[...]

Além disso, conforme ficou demonstrado nas informações, o feito possui tramite regular e a instrução criminal está próxima de seu encerramento.

Dessa forma, não há falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, pois a elasticidade no prazo para a conclusão do feito não é desproporcional frente ao caso apurado, bem como a culpa por esse maior tempo não pode ser atribuída ao poder judiciário.

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Ademais, é cediço que "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (RHC 119.655/CE, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 25/11/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

